

**ÉTICA CAPITALISTA NO MUNDO DO
TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO DE MAX WEBER APLICADA
À REALIDADE BRASILEIRA**

Leila Borges Dias Santos



ÉTICA CAPITALISTA NO MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DE MAX WEBER APLICADA À REALIDADE BRASILEIRA

Leila Borges Dias Santos¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo relacionar a noção de racionalização do trabalho de Max Weber, com as transformações éticas percebidas no atual mundo capitalista, além de se referir à noção de Estado racional legal, patrimonialismo e burocracia, fruto da racionalização e da modernidade e organizador da sociedade moderna, com conceitos retirados da Sociologia Compreensiva e Histórica weberiana. Esta conta com instrumentos de análise social da realidade, como os tipos de ação social, os tipos ideais, os artifícios de recorte de parte da realidade que auxiliam na compreensão da mesma. Weber parte da análise religiosa para compreender o peculiar processo de formação do capitalismo moderno ocidental; a sociologia da religião foi, então, a ferramenta pela qual o comportamento religioso se transformou em objeto a ser estudado. Esse aporte dá continuidade ao tema, inserindo elementos constitutivos da herança cultural presente na realidade social brasileira, e do atual contexto das relações de trabalho e produção do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: racionalização, relações de trabalho, sociedade moderna, religião, sociologia.

CAPITALIST ETHIC IN A CHANGING WORLD OF WORK: A CONTRIBUTION OF MAX WEBER APPLIED TO BRAZILIAN REALITY

Abstract

This article has the objective of making a relation between the Max Weber notion of work rationalization and the ethic changes in the capitalist world, to refer to the notion of rational and legal State, patrimonialism and bureaucracy, product of ratiomatization and modernity, and organizer of the modern society, with concepts from de Weber's Comprehensive and Historical Sociology. It counts on instruments of social analysis, the types of the social action, the ideal types wich help to understand the reality. Max Weber begins his analysis explaining the religious behaviour and how it became a object of this study. From that contribution this article builds the present theme, including elements from cultural heritage, that still remains on brazilian social reality and the recent context of relations between work and production inside the contemporary capitalism.

Key-words: rationalization, work relations, modern society, religion, sociology.

¹ Leila Borges Dias Santos, Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora da Faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás. E-mail.: borges_leila@yahoo.com.br

Introdução

A contribuição da sociologia weberiana é permeada por pesquisas sociológicas sobre religião que se associam também à sociologia econômica ou política. Privilegia os reflexos de um determinado tipo de ação social comunitária na busca pela compreensão e interpretação da ação social. Por isso também, é chamada de sociologia compreensiva.

A análise de Max Weber procura então atribuir um sentido à conduta dos indivíduos ou à atividade social religiosamente motivada. O objetivo dessa análise é verificar até que ponto estiveram envolvidas as influências religiosas no desenvolvimento de uma dada sociedade. A compreensão da relação religião, economia, política e cultura só é viável, porém, se inserida em quadros ou análises que permitam coerência e relação entre seus elementos. Segundo Aron (1995), esse é o ponto de partida da análise weberiana, pois a mesma é definida como um esforço em compreender os valores de dada sociedade e a realidade que se constitui a partir daí.

A fim de compreender melhor o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, também lançou-se mão da comparação histórica das diversas religiões. É interessante destacar a questão do individualismo metodológico o qual, dentro das teorias sociológicas clássicas ele é partidário, pois de acordo com a referida teoria, haveria um processo lógico dentro do qual é estabelecida uma síntese relacionada às mudanças qualitativas. O indivíduo também é entidade essencial da análise. Sendo assim, é possível atribuir um caráter causal aos elementos selecionados pelo sujeito da pesquisa, no que Weber chama de síntese criativa, uma seleção arbitrária do recorte da realidade que se pretende analisar. Esta seria uma forma ideal de verificar e compreender uma dada parte da realidade empírica, posto que a totalidade desta não é possível de se atingir: isto é o que formula a análise compreensiva weberiana.

Weber (1999) se esforçou por diagnosticar o seu tempo por meio da compreensão das ações dos homens. Tal compreensão partia da análise da ação com sentido, ação intencional / racional do indivíduo, unidade básica da sociedade.

Interessou-se então pelas características peculiares de cada religião e sua influência na vida cotidiana sobre a esfera política, econômica e moral. Tudo isso em situações históricas, as mais díspares, que são, por intermédio de um enorme esforço intelectual, ordenadas de forma a facilitar sua apreensão. Em cada religião estudada, havia o objetivo de explicar os valores aos quais os homens se curvavam, os mecanismos que os faziam aderir a esses valores, assim como o resultado dessa aderência conjunta, ou seja, uma dada sociedade com suas especificidades advindas desse amálgama de valores.

Weber (1999) era incomodado também por um forte questionamento de como se dava a relação entre uma concepção religiosa e sua respectiva maneira de viver, sua atitude face à esfera econômica e política. O que mais o instigava era o desafio de compreender a diversidade cultural que levava a tão variados caminhos históricos, mas sempre com um fim: o de diagnosticar o racionalismo do ocidente moderno, impulsionado em parte pela religião protestante e que desembocou na racionalização do mundo.

Por meio das análises dos tipos ideais, das especificidades de sistemas religiosos da Índia e da China, por exemplo, relaciona as religiões com sua respectiva orientação da conduta na economia. São esmiuçadas então as lógicas das instituições por intermédio de suas nuances metafísicas e religiosas. Dessa forma, Weber (1999) percebe diferentes éticas econômicas das distintas religiões e seus impulsos práticos de ação. É dessa maneira que ele constrói seus *tipos ideais das religiões mundiais*, o que o leva finalmente a moldar a especificidade ocidental.

Max Weber foi um cientista social que tentou infatigavelmente compreender a conjuntura de sua Alemanha. Queria compreender também a diversidade das culturas e dos contextos históricos, o que havia na própria realidade que poderia ser utilizado como a chave para o enigma das diferenças. Apesar de ter estudado a fundo sociedades como a indiana e a chinesa, o que realmente pretendia perceber era como foi possível o desenvolvimento do capitalismo moderno do Ocidente; o porquê de tal desenvolvimento ocidental ter sido tão peculiarmente profícuo do ponto de vista material e científico.

A presente pesquisa pretende então compreender os tipos de mudanças ocorridas, o que permitirá traçar um perfil da realidade atual, identificando possíveis alternativas aos problemas advindos dessas transformações.

Uma das obras clássicas das ciências sociais, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, editada em 1904, construiu uma análise sobre o fenômeno do desenvolvimento capitalista, traduzindo o advento do capitalismo racional moderno em termos sociais, históricos e éticos. O que Karl Marx fez pela compreensão dos aspectos econômicos do desenvolvimento capitalista, Max Weber o fez analisando conexões históricas e culturais.

Na cultura religiosa calvinista / puritana, Weber localizou elementos que vinham ao encontro das necessidades do desenvolvimento capitalista, como por exemplo, a valorização do trabalho enquanto graça divina, a valorização da prática da poupança, o trabalhar arduamente para alcançar o estado de graça, o trabalho como meio de salvação da alma e como a própria finalidade de vida. Todo um caldo de cultura forjado pelo protestantismo no qual se insere o que chamou Weber de o *espírito do capitalismo*. Neste binômio trabalho / fonte de salvação e poupança / ascese, encontra-se um poderoso motor para o citado capitalismo racional moderno.

Algumas noções weberianas, fundamentais para o trabalho, como por exemplo: racionalização do trabalho, vocação, dentre outras, serão invocadas, assim como o diálogo com autores brasileiros e estrangeiros. Ou seja, a partir dessa visão a respeito da ética e do capitalismo, será analisada a ética nas relações de trabalho nos dias de hoje, comparado-a com os valores descritos pelo filósofo alemão, em seu retrato do *espírito do capitalismo*. Tal fenômeno será relacionado com a realidade brasileira ou regional, que é interligada à global pelas relações capitalistas.

Autores que instigaram Max Weber como Karl Marx e outros que não foram por ele influenciados, como Herbert Marcuse, Richard Sennet, assim como o Grupo Krisis e Antônio Paim, dentre outros, também se relacionam neste trabalho, o que não constitui incoerência teórica, apenas auxilia na construção da argumentação, ambientando-a à especificidade brasileira e contemporânea.

O Estado racional legal, patrimonialismo e homem cordial: realidade sócio-cultural no Brasil

A realidade sócio-cultural brasileira, tão importante para a compreensão da nossa mentalidade e da maneira como lidamos com as transformações ocorridas pelo mundo afora, facilitam a compreensão do tema em questão e serão, no trecho abaixo explicitadas.

Através dos olhos de estudiosos de influência weberiana como o sociólogo Jessé de Souza, o historiador Vianna Moog, de um de nossos expoentes intelectuais de maior brilho, Sérgio Buarque de Holanda e do filósofo Antônio Paim, será traçado um breve perfil do comportamento do homem brasileiro. Com a intenção de confrontá-lo com o puritano anglo-saxão descrito por Max Weber.

A comparação entre o protestante ascético empreendedor do desenvolvimento capitalista norte-americano, segundo ele, o país de realidade ideal para a efetivação da racionalização capitalista, e a figura do malandro brasileiro, inserido na nossa realidade de ex-colônia de exploração, ibérica, católica e de capitalismo tardio, é, para Jessé de Souza, a chave para a compreensão do nosso capitalismo defasado, se comparado com o dos chamados países centrais do citado sistema.

A dominação tradicional e o patrimonialismo, presentes no passado brasileiro, baseiam-se na crença em regras e poderes antigos, tradicionais e imutáveis. No patrimonialismo as relações são pessoais o que se constituiria no avesso do princípio burocrático da impessoalidade descrito por Max Weber. Interessante ressaltar sempre as ligações dessa postura com a herança portuguesa no Brasil, percebida no iberismo, que significa o culto à personalidade e à aventura. Este seria o ascendente direto do *homem cordial*, de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA,1997).

Weber (1999), tendo a religião como fonte de análise, percebe que a relação homem-Deus é, historicamente, priorizada na construção da compreensão da realidade social. Entre o protestante e Deus há uma distância sem sombras de familiaridade, facilitadora da obediência a *normas abstratas*, o que remete à

idéia de burocracia, que seria a maneira de se administrar ou manifestar uma forma de poder. Suas características são a existência de regras abstratas vinculadas ao representante do poder, à hierarquia de competências definidas por uma divisão do trabalho e à separação entre pessoa e cargo, ou seja, o funcionário não é o proprietário de seu cargo.

Este é o caso do Brasil, pois não se discute que o Estado brasileiro se caracteriza por ser de natureza racional legal ou racional burocrática. Porém, o mesmo é permeado por relações patrimonialistas de poder, fruto da herança da sociedade colonial portuguesa, formadora da sociedade brasileira.

Aos olhos do puritano existe um princípio único orientador de suas atitudes por meio da responsabilidade individual. Essas atitudes isoladas, porém continuadas, rumo à salvação, são determinantes com relação à sua postura metódica diante da vida e de sua capacidade de imprimir ao mundo uma dominação racional. Seu princípio ético, advindo da religião, é o ordenador do mundo externo. A essência do individualismo moderno seria o dever de obedecer mais a Deus do que aos homens (SOUZA, 1999). Este componente seria um dos fundamentos da modernidade.

Observando a análise de outro autor, Antônio Paim, percebe-se que seria a religião protestante um dos cerne da época moderna. A vitória do protestantismo na Revolução Inglesa, segundo ele, seria um fato que, somado ao Renascimento, possibilitara o florescimento das ciências da natureza, assim como do sistema representativo. Rompia-se então com o monopólio católico tanto na interpretação da vida quanto no controle moral sobre os homens (PAIM, s.d.).

Toda essa dinâmica do pensamento moderno, porém, foi rechaçada por Portugal, em razão da influência da religiosidade da Contra-Reforma, o que dificultou possíveis discussões a respeito do papel da ciência moderna. Portugal se ateve aos estudos de São Tomás e de Aristóteles, fechando-se às noções científicas e modernas por causa da luta contra os protestantes, já que esta seria uma luta pela salvação, e também uma forma de afirmação da autoridade moral da Igreja Católica.

É interessante destacar que, em sua análise, Weber estabeleceu uma conexão

entre o puritanismo e a ética da responsabilidade, a democracia e a luta pela liberdade religiosa, e o desenvolvimento capitalista com o trabalho e a poupança como graças de Deus. O capitalismo somente teria sido possível por ter encontrado na ética protestante valores que enalteciam o trabalho e a poupança, tornando-o um terreno fértil e acolhedor. Conseguiu então em seus escritos captar a racionalização econômica introduzida nas engrenagens do capitalismo, as nuances que fizeram esse sistema ser aceito, assim como o emaranhado de valores e virtudes sociais e religiosas que o acomodavam e alimentavam.

Por sua vez, Souza (1999) ao analisar a obra de Sérgio Buarque de Holanda, destaca uma pretensa ausência de vínculo associativo, e uma tradição cultural *individualista-amoral*, ou seja, a de nos vincularmos a interesses emotivos e imediatos; o que impediria uma adequação satisfatória ao racionalismo, favorável ao pleno desenvolvimento capitalista.

Holanda (1997) relacionara a racionalização de Weber à dinâmica sócio-cultural brasileira, por meio da idealização de um tipo, *o homem cordial*, que se relaciona com a constituição das instituições políticas, hierárquicas, religiosas e pessoais, tendo a relação familiar e não o Estado como base de formação dessas instituições. Assim, o autor constrói o tipo de racionalidade desenvolvido no Brasil. Segundo ele apenas a subversão da ordem familiar e doméstica faria surgir o Estado e transformaria o indivíduo em cidadão e seguidor de normas, o que seria a civilidade. (HOLANDA, 1997).

Também, observa que a impessoalidade teve início nas relações de trabalho a partir do sistema manufatureiro de produção. Até a época das corporações, patrões e empregados compartilhavam de laços pessoais, pelo contato direto dentro do ambiente de trabalho. Com a revolução industrial, todo um aparato organizacional foi se formando; a hierarquia, a ausência do senso de responsabilidade na relação entre patrão e empregado e os *antagonismos de classe* foram suas mais visíveis conseqüências. Holanda (1997) faz este comentário para demonstrar que a transição da ordem familiar para a impessoal e abstrata de Estado foi gradual e difícil, pois as relações baseadas em princípios abstratos substituíram as baseadas nos laços de sangue. Em sociedades estruturadas na família patriarcal, como é o caso brasileiro, a transição fica

prejudicada, pois o individualismo e a competição não se manifestarão enquanto regra, por causa da constituição social sustentada na família patriarcal.

O patriarcalismo dificulta a separação das esferas pública e privada em razão da herança do âmbito agrário e familiar. Mesmo com o avançar da urbanização, tal mentalidade advinda do cenário rural, persiste; o funcionalismo, a burocracia oriunda deste ambiente híbrido, afasta-se do burocrata idealizado por Max Weber, caracterizando-se pelo funcionário patrimonialista, desprovido do discernimento que divide os assuntos de interesse privado do público, até mesmo nas questões políticas, nas gestões públicas. As prerrogativas do cargo passam a ser as suas, o que desvirtua uma organização burocrática que deveria servir a um Estado Burocrático que existe para servir à sociedade e garantir direitos e cidadania (HOLANDA, 1997).

Isto significa que o Estado brasileiro se edificou de forma distinta do tipo ideal de Estado racional legal construído por Max Weber, pois além de ser um país católico e não calvinista, influenciado pelo catolicismo português, marcado pelo iberismo (culto à personalidade e à aventura), há nas raízes históricas a presença da dominação tradicional, forma civilizatória anterior ao advento da chamada racionalidade capitalista.

O que seria um tipo distinto de modernidade, pois, neste caso, a Igreja teria sido a principal organizadora da sociedade brasileira - desde o período colonial até o advento da República, quando da secularização do Estado. Advinda da parte do Ocidente não-protestante, no Brasil, obedecia-se a um modelo distinto de valores, anterior à modernização capitalista; modelo que se originava de uma realidade, como diria Richard Morse, do *Velho Ocidente* e que se associa não ao chamado Estado racional legal, mas ao Estado patrimonialista, contemporâneo e associado ao tipo de Dominação tradicional. Portanto, sem ligação com o desenvolvimento do capitalismo moderno.

A dominação tradicional, segundo Max Weber, se caracterizaria pela crença em regras e poderes antigos e tradicionais, não-dinâmicos, onde o aparelho administrativo pode tomar forma patrimonial. O Estado patrimonial seria o oposto do Estado moderno, pois no patrimonial os funcionários são incorporados à administração não por intermédio do contrato, mas por meio de relações

.....

peçoais com os detentores do poder. Critérios como competência, impessoalidade e hierarquia racional são negligenciados. Levando-se em conta o arbítrio de quem detém o poder, não existe também a distinção entre pessoa e cargo; o elemento da continuidade também é desprezado, e os meios de administração também são considerados patrimônio pessoal (BOBBIO et al., 1992).

No Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, foi a família o elemento, a instituição fundadora das relações sociais. A vida doméstica seria o modelo das relações sociais entre os brasileiros (HOLANDA, 1997). O tipo brasileiro por ele idealizado, *o homem cordial*, seria a construção da essência da relação com o mundo. Originado no *meio rural e patriarcal*, a cordialidade, aparente generosidade e presteza, não corresponderia, segundo ele às *boas maneiras* ou *civilidade*; seria sim, uma demonstração de emotividade, como se fosse um disfarce que protege e preserva os sentimentos de cada um (HOLANDA, 1997). Com isso, o homem cordial jamais se sentirá sozinho, individual, como que dominado por regras abstratas e impessoais dentro da sociedade. O espaço do indivíduo é reduzido em prol do social ou do coletivo devido a uma não-aceitação de qualquer formalidade ou ritualismo social (HOLANDA, 1997). Tender-se-ia então a uma profunda necessidade de contato pessoal mesmo em relações hierárquicas, o contato impessoal e absolutamente profissional, causaria desconforto. Esta seria uma herança portuguesa, de apego a *títulos e sinais de reverência*; essa ética seria profundamente emotiva, o que é também percebido na relação com o catolicismo, devido à intimidade com que o brasileiro lida com os santos.

Outro exemplo é o da denominação de Santa Teresa, de Santa Terezinha, como se, aproximando, se rompesse qualquer barreira com o transcendental. Tratando-se de uma ligação religiosa amável e quase fraternal, diminuidora das distâncias. A origem desse tipo de relação, segundo Holanda (1997), seria a decadência da religião palaciana e individual, que daria início a um sentimento singelo, doméstico, familiar. É essa a atitude que se estenderia às demais relações entre as pessoas. O que caracterizaria o traço mais específico do espírito brasileiro: fugir das distâncias, mesmo nas relações que em regra, não teriam

nada de pessoais. Caracterizaria, então, um povo de ritos frouxos, sem rigores (HOLANDA, 1997). Essa frouxidão do rito, por demais familiar, impediria a existência de um sentimento mais profundo e consciente, caracterizando-se por uma ausência de obrigações (HOLANDA, 1997). Ter-se-ia assim, uma religiosidade *de superfície*, que se fixa menos ao sentido íntimo que aos festejos e pompas das cerimônias, sem moral social efetiva, sem nenhuma ordem que seria imposta ao mundo e às suas relações. Holanda descreve esta atitude como desprovida de razão e cheia de sentimentos.

Jessé de Souza lembra o quão oposta é a relação do protestante com o mundo, pois este realiza uma *recriação do mundo*, que domina todos os setores da sociedade, centrando a postura diante da vida, no indivíduo. É a impessoalidade que gere a vida, e a partir disso, cria-se a dominação racional do mundo. Esta impessoalidade pode ser exemplificada através do isolamento individual, da não-fraternidade na busca da salvação, que é um caminho solitário, na visão protestante. O que se condena ou seria exceção na ética protestante ascética, é a regra, no caso brasileiro. Observa ainda que justamente por isso, ter-se-ia um componente tradicional apegado às condutas pessoais e emotivas, tão avesso ao desenvolvimento do capitalismo associado ao Estado racional legal (SOUZA, 1999).

Para Moog (1993), a obra de Max Weber é peça-chave das suas reflexões sobre o desenvolvimento e fez questão de ressaltar que, apesar disso, o desenvolvimento econômico protestante não corresponde obrigatoriamente a uma superioridade em todos os aspectos da vida. Ele observa a incompatibilidade entre puritanismo e fraternidade, tomando como referência o racismo inglês e americano; pois, ao lado do *fator religião*, existe o *fator comunidade*, onde haveria uma equação entre protestantismo e racismo que não se encontra no catolicismo. Haveria algo mais do que o tão discutido determinismo geográfico, étnico, biológico ou econômico (MOOG, 1993). Compara também a realidade do restante do Brasil com a de comunidades do Sudeste do Brasil, onde teria havido condições mais propícias à formação do capitalismo, por causa da economia do café que utilizou a mão de obra livre dos imigrantes, mais afeita à ética do trabalho; diferentemente dos bandeirantes, mais afeitos à ética da aventura.

Outro exemplo de civilização, que se assemelha à que deu origem aos EUA, seria as zonas coloniais do Rio Grande do Sul, com seus minifúndios e policultura efetivados com a vinda de famílias inteiras que objetivavam conquistar uma vida melhor, estabelecendo-se em definitivo para desenvolver uma economia: característica da emigração que trouxe famílias constituídas e comunidades inteiras, formando aldeias e vilas, com organização cooperativa. Produziu-se daí a indústria, o minifúndio e um espírito religioso e associativo (MOOG, 1993)

Quanto a fatores que explicariam, no Brasil, a relação entre a economia e funções públicas, Moog (1993) enumera a tradição predatória com a natureza; imediatismo econômico; falta de espírito associativo; desprezo à inovação das técnicas agrícolas; apropriação e favorecimento em cargos públicos (mistura do público com o privado) e uso da política em favor de interesses próprios (oposto da noção de Burocracia em Weber), dentre outros. Sua análise é oportuna, pois situa a discussão sobre Desenvolvimento Regional, no caso, o da sociedade brasileira.

Considerações teóricas da relação entre noções de Max Weber e a compreensão da realidade capitalista brasileira

Na noção de racionalização de Max Weber, o trabalho está associado a uma obsessão pela prosperidade e pela busca de sinais, sem contudo, ter-se certeza de salvação, uma vez que a aquisição não é a finalidade precípua com o objetivo de satisfação material, e sim com finalidade de realizar seu dever profissional, imbuído de uma ética socialmente construída, obedecida e louvada. Esta é a ética capitalista do espírito protestante, animada pela idéia de vocação, o chamado divino para o exercício de seu ofício em prol do estado de graça.

Compreende-se neste pequeno trecho um pouco da noção weberiana de desenvolvimento da racionalização do trabalho aos moldes capitalistas, ou seja, a prosperidade é o maior dos votos a ser realizado, o trabalho é encarado como uma vocação e como objetivo principal do homem na terra. Com o desenvolvimento do capitalismo, porém, a noção de vocação e trabalho como um fim em si mesmo desaparece; perdendo-se o teor sagrado da relação do

homem com o trabalho. Passa-se a priorizar a questão da quantidade, tanto da produção quanto do mercado; o que atingiu todos os domínios da vida humana, como anteriormente explicitado. É aí que se desenvolve a chamada *gaiola de ferro* ou Burocracia, que leva ao desencantamento do mundo e da vida. O mundo se transforma em um objeto constatável, previsível, não mais restando lugar para o sagrado (WEBER, 1999).

A racionalização remete à sistematização das condições de trabalho e visa alcançar um máximo de produção com um mínimo de gastos; a racionalização também pode ser definida como o conjunto de princípios ou métodos de trabalho resultantes da pesquisa científica, destinados a baratear e incrementar a produção; um exemplo disto é o taylorismo.

Por meio da racionalidade, o capitalismo transformou as relações de trabalho com a calculabilidade, previsões quanto à produtividade, horários, funções, etc; transformando as relações de trabalho e produção em agentes a serviço da quantidade, em detrimento da qualidade, apesar desta não desaparecer. É o que se observa nas relações tanto públicas quanto privadas. O ascetismo característico do início do desenvolvimento do capitalismo, após sua consolidação, é deixado de lado, ou seja, o *espírito* do capitalismo, com sua idéia de vocação para o trabalho e acumulação visando a prosperidade e vetando ao máximo qualquer proximidade com o ócio, na busca de uma suposta salvação futura, perde espaço para a devoção ao materialismo, à quantidade, à previsibilidade produtiva, a mercados consumidores e lucros cada vez maiores. Este traço materialista, já existiria na própria origem do capitalismo, como expressão da secularização da ética protestante e a substituição do ascetismo pelo consumismo.

Mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos na ética

Percebe-se atualmente um conflito entre a ética demonstrada na obra de Max Weber e a atual ética nas relações humanas do capitalismo contemporâneo. Não há mais a sacralização do trabalho árduo, não há mais a ênfase puritana em se poupar e a preocupação em se evitar o usufruto das horas de folga, o

chamado *tempo livre*, o que desagradaria a Deus. Por outro lado, as relações patrão-empregado se tornam cada vez mais flexíveis, os empregados nunca trabalharam tanto, e isto, não se relaciona ao acúmulo, mas sim à simples sobrevivência sua e de sua família. O empregado se dispõe inclusive a perder garantias tão básicas, como ter sua Carteira de Trabalho assinada, férias e décimo terceiro.

Crítica de Herbert Marcuse à racionalização industrial moderna: alternativa ao impasse tecnologia/trabalho

A inserção da análise de Herbert Marcuse, autor de influência marxista, se dá em momento oportuno, pois Max Weber - cuja teoria norteia o presente trabalho - também foi influenciado por Karl Marx. Soma-se a isso o objetivo do presente tema, qual seja, buscar alternativas de humanizar as relações de trabalho a partir da contribuição weberiana sobre capitalismo, relacionando-a com a realidade brasileira.

Em um artigo de Anthony Giddens é verificada a convergência das análises de Karl Marx e de Max Weber, quanto às origens da evolução do capitalismo. Na obra do primeiro, intitulada *Grundrisse*, um preparatório de *O Capital* em 1857-58, Marx teria reconhecido a importância das formas primitivas de capitalismo em Roma, o que não se desenvolveu pelo fato de a riqueza ou a lucratividade não ser a finalidade da produção. A riqueza deveria à época de Roma ser usufruída simplesmente; além disso, grande era o desprezo com relação ao trabalho, considerado indigno para os homens livres. Ou seja, ele identificou formas pré-capitalistas existentes antes da emergência da burguesia, ou o denominado capital comercial, mesmo sem haver uma produção capitalista. Também reconhece a importância do cristianismo no desenvolvimento social europeu, pois teria transformado a percepção religiosa de até então, marcada pelo politeísmo e particularismo romanos, levando ao mundo a universalidade monoteísta de um Deus único, baseado em noções cristãs de moral e salvação (GIDDENS, 1997).

Um outro elemento de transformação do cristianismo teria sido a Reforma

Protestante, cujo homem vive a partir de então, uma religiosidade interior, e não mais apenas exterior. Para Anthony Giddens Marx reconheceu o caráter ascético e racional do moderno capitalismo europeu, molas propulsoras da própria análise marxista sobre a construção da sociedade burguesa, assim como a importância sedimentadora do dinheiro permeando as relações humanas. O interesse no lucro teria desde sempre existido, porém, sua caracterização como um fim em si mesmo, como um ethos moral, é uma peculiaridade apenas da era do capitalismo racional moderno. A necessidade de enriquecimento seria, então, produto de um dado desenvolvimento social, não sendo natural e sim, histórico (GIDDENS, 1997)

O que isso tem a ver com Herbert Marcuse ?. Ao finalizar seu artigo, Giddens (1997) inclui o questionamento do citado autor onde ele se pergunta se há a possibilidade de haver uma alternativa ao impasse tecnologia/trabalho. Propõe este último a utilização da razão não só em prol do avanço tecnológico, mas também do aspecto humano, com vistas ao que ele chama de transformação da razão técnica em técnica para a libertação.

Marcuse crítica a racionalização desta sociedade, pois os valores que deram origem a ela como liberdade de pensamento, de consciência e livre empreendimento teriam sido postos em cheque assim que se concretizaram. A sociedade industrial por meio da racionalização seria então destruidora e repressora das potencialidades humanas. A saída seria o aproveitamento da tecnologia em prol das aptidões humanas, do tempo livre e da cultura material e intelectual, em substituição à tendência totalitária da sociedade industrial contemporânea.

Nesse totalitarismo, até as necessidades humanas seriam *precondicionadas* pelas instituições sociais. O indivíduo dominado tem suas aptidão e individualidade castrados. A própria repressão racional e técnica da administração sobre a sociedade multiplica as formas de conter a servidão e conquistar a liberdade.

Sendo que o aspecto mais perturbador da civilização industrial seria a *natureza racional de sua irracionalidade*, manifestada na necessidade de consumir para ser feliz. A felicidade se concretiza por meio da aquisição de um

carro, mobílias, roupas de marca, enfim, dos mais diversos bens de consumo. Exemplos concretos do triunfo da imposição de necessidades ao indivíduo, para ele as pessoas encontrariam sua identidade nas suas mercadorias. A sociedade seria, em resumo, controlada por essas necessidades. Com isso, a realidade teria se tornado objetiva; enquanto o indivíduo é engolido por uma existência alienada. A racionalidade dessa sociedade seria falsa e a falsa consciência de sua racionalidade seria a sua verdadeira consciência.

Entretanto, com um otimismo convincente, o autor muda as regras do jogo ao afirmar que a mesma ciência que elaborou um método de dominação da natureza ligada à dominação do homem, pode subverter a experiência em favor da sociedade. Tudo isso com a emergência da natureza cientificamente dominada se sobrepondo à produção técnica e destrutiva que coloca e mantém subordinados os indivíduos aos proprietários dos meios de produção e cria uma hierarquia racional social da produção.

A subversão dessa dinâmica seria a modificação da rota do progresso e da estrutura da ciência, onde a sociedade adpta de uma nova racionalidade canalizaria suas forças em prol de um equilíbrio ou harmonia social capaz de criar diretrizes diferentes que reinventariam a própria idéia de razão.

É neste sentido que o presente trabalho se espelha, ao buscar uma forma de compreender de que maneira a sociedade se relaciona com o contexto do capitalismo atual, identificando os porquês desta relação, objetivando por meio desta identificação descobrir o que pode ser feito para aproveitar da melhor maneira possível a evolução tecnológica. Para que esta esteja a serviço de muitos, ao invés de contra muitos.

Crise e alternativas

À época de Max Weber, o trabalho era o fato social fundamental, que se impunha como paradigma das suas teorias. As razões que o levaram a privilegiar a noção de trabalho podem ser encontradas na realidade da sociedade capitalista industrial do período, sobretudo a partir do final do Século XVIII, em que o trabalho e o trabalhador provavelmente se tornaram o mais importante princípio organizador da sociedade; fazendo com que a dinâmica do desenvolvimento

social fosse vista como o resultado dos conflitos em torno da dominação pelo capital, sendo que a fábrica se tornava o modelo a ser disseminado para o conjunto das relações sociais. O trabalho assalariado seria o principal fator de integração social; nesse contexto era natural que o trabalho fosse referência nas análises da época para se entender os fenômenos sociais.

Entretanto, hoje não só se questionam os fundamentos da ética capitalista protestante, como surgem elementos de desagregação desses postulados. Em uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, competitiva, informada e exigente quanto à qualidade de vida e de serviços, graças ao avanço da tecnologia e do conforto doméstico, é natural que sua relação com o trabalho mude.

O que se percebe como dramático é a banalização das brutais diferenças sociais advindas do capitalismo atual, a crescente disseminação do individualismo e a crise de valores éticos, o que também foi previsto por Max Weber como consequência da burocratização da religião e do Estado.

Um exemplo dessa percepção está na análise de Richard Sennett que afirma ter o trabalho perdido elementos como a lealdade e a segurança, ao mesmo tempo em que se aumenta o risco de perda do emprego; tamanha é a competitividade provocada pela reengenharia das corporações que estabelecem trabalhos em equipes laborando juntas em um curto espaço de tempo e onde cada um deve se reinventar o tempo todo.

Outro exemplo é o *Manifesto contra o Trabalho*, do *Grupo Krisis*, que traz uma visão realista e crua sobre a relação capital-trabalho, chegando a afirmar que todas as relações sociais podem ser comercializadas, bastando para isso que sejam ofertados postos de trabalho. Constituindo a condição de estar empregado o principal eixo ou o sentido máximo da vida. Porém, ao final, é oferecida uma esperança, pois o *Grupo* defende que é justamente desta realidade adversa que o estímulo à luta se alimenta, pois chegará o momento em que programas sociais se farão urgentes.

Para eles o ócio e o lazer precisam se inserir na lista de necessidades básicas, livres da ditadura da produtividade capitalista, uma vez que seria viável dar novo rumo às forças produtivas modernas capazes de disponibilizar o tempo livre para o máximo de pessoas.

Portanto, assim como Herbert Marcuse, o *Grupo Krisis* dá um alento à sociedade ao demonstrar que é possível alterar o curso dos acontecimentos em favor do aspecto humano.

Noção de racionalização em Max Weber aplicada a conceitos relacionados com o capitalismo contemporâneo: globalização, desemprego estrutural, flexibilização do trabalho e automação

A noção de racionalização nunca foi tão atual tendo em vista a evolução tecnológica e financeira alcançada pelo capitalismo. E fenômenos como a globalização, o desemprego estrutural, a automação, se relacionam intimamente a ela.

São inseridos na discussão fenômenos como globalização ou mundialização no que se refere à ação de grandes empresas transnacionais que atuam no Brasil, por exemplo. Elas oferecem empregos diretos e indiretos e recebem incentivos do governo por meio de isenção de impostos, doação de terreno para a construção de suas instalações e muito mais que for acordado entre as partes. O problema começa na questão do interesse da empresa que não é nacional, pois não há preocupação social, apenas econômica, o que ela busca é mão-de-obra barata e assim que não for mais vantajoso para esta transnacional ela se dirigirá ao país que melhor acomodar seus interesses. Nesse processo, o trabalhador consegue um emprego e após o processo de qualificação não há garantias. Depois de alguns anos ou a qualquer momento a empresa pode se retirar do cenário local, deixando muitos trabalhadores desempregados.

Nesse ínterim, todo o discurso de *conotação global*, que em um primeiro momento poderia parecer uma solução, torna-se um pesadelo e o indivíduo que somente possui a força de trabalho para vender se sente totalmente perdido. Ou seja, com as leis de mercado regendo as relações de trabalho se garante a liberdade do mais forte de atuar, ficando o mais fraco à sua mercê. Essa *conotação global*, que remete a uma *neutralidade*, mostra-se garantidora da posição privilegiada da grande empresa em detrimento do trabalhador. Sendo assim, tal ideologia disfarça a desigualdade entre as nações, em que, as mais

fortes sujeitam as demais numa relação de inescapável hierarquia (LETIZIA, 1998).

Em uma frase, François Chesnais sintetiza a conjuntura capitalista mundial, colocando os países periféricos em uma posição de submissão ao processo comandado pelos países ricos. É justamente esta mundialização o fator determinante do trabalho desregulamentado ou flexibilizado, que esvazia as garantias do trabalhador na relação de liberdade de negociação ou liberdade do mais forte em ditar as regras num jogo de cartas marcadas.

Quem vive do trabalho é enfraquecido e quem vive do capital se fortalece, as chamadas empresas-rede que são multinacionais com sede em países que não o de seus proprietários e sem vínculos sociais nos países nos quais se instalam, promovem a ausência de alternativas econômicas às economias locais, pelo seu poderio produtivo e de organização. Além disso, recriam as regras do comércio mundial, levando à sua concentração nos países ricos, as nações sede das empresas-rede. Colocam-se uma “camisa de força” nos países periféricos e em seus governos e prejudica-se até mesmo a divisão internacional do trabalho, surgindo a autonomia do capital financeiro. A própria exploração da mão-de-obra dos países periféricos pelos países centrais passa a ter uma importância secundária, pois não necessita de investimento, gerando para a indústria da periferia capitalista uma inevitável defasagem (LETIZIA, 1998)

Deve-se destacar ainda a inovação tecnológica que realiza o avanço cada vez maior da eficiência da produção, o que traz como consequência o desemprego estrutural e a automação, descartando a mão-de-obra, então desnecessária. Mas mesmo assim, mesmo com a consciência da gravidade e complexidade da situação, existem alternativas a serem seguidas.

Ao fazer a presente pesquisa, encontrou-se uma pequena amostra desse desejo, que com perseverança aos poucos se viabilizará. Pois no artigo de Valdir Roque Dallabrida, *Sustentabilidade e Endogenização: os princípios balizadores do Desenvolvimento Regional*, é listada uma série de elementos integradores de uma alternativa à condição imposta pela economia que aí está. Elementos como, por exemplo, a reordenação territorial em favor da questão ambiental e social em âmbito local, evitando-se a predominância dos interesses

transnacionais totalmente descolados dos locais. Ou seja, se priorizaria a qualidade de vida e a participação da sociedade civil, na busca de suprir as necessidades da comunidade local em diálogo entre as dimensões global, regional e local.

Soma-se a isso o fato de que quanto mais tempo é dedicado à pesquisa, mais se descobrem brechas viabilizadoras da transformação da realidade. Viver na crise ética, social e econômica que aí está se mostra cada vez mais inviável. Para todas as camadas da sociedade, o modelo desigual que se vivencia não atende às expectativas. Os extremos e os abismos sociais atingiram um nível insuportável.

Outro trabalho que muito acrescenta à perseverança em buscar alternativas é o apresentado em um subtítulo instigante intitulado *Os caminhos do paraíso*, do livro *A Ideologia do Trabalho*, de Paulo Sérgio do Carmo, onde há a referência ao francês André Gorz, o qual afirma estar à mercê da escolha da humanidade um futuro promissor e prova disso é a redução da jornada de trabalho. Carmo (1992) afirma que ser utópico não é acreditar nesta escolha, mas é acreditar que se pode continuar como está. Ele lembra que Aristóteles afirmara que não se precisariam de escravos se houvessem máquinas que fizessem o serviço sozinhas, como se isso fosse impossível.

É esse o caso em que se vive. O que já foi conquistado em termos tecnológicos pode ser utilizado de forma diferente, basta que assim se deseje. Em referência a um professor espanhol chamado Mariano F. Enguita, Carmo (1992) mostra uma comparação entre as duas versões do futuro, uma otimista e outra pessimista. A otimista vê na ciência um veículo de libertação dos trabalhos desagradáveis aos quais o homem tem de enfrentar. A pessimista afirma que a tecnologia somente traz alienação e destruição dos recursos naturais. Porém, o ser humano é livre para fazer a escolha, de que lado tomar partido.

Em uma entrevista ao programa *Roda Viva* o sociólogo Anthony Giddens afirmou que ter um otimismo cauteloso e não ingênuo é a melhor maneira de se começar a realizar o que se almeja. Esta a tendência deste trabalho, mostrar uma parte da realidade com suas mazelas e perspectivas, para que se localize o que se pode pretender desta realidade.

Considerações finais

Este trabalho buscou na teoria de Max Weber subsídios para a compreensão de fenômenos que moldaram a evolução do modo de produção capitalista e suas implicações no seio da sociedade. Utilizou-se esta contribuição para aplicá-la na particularidade da realidade social brasileira.

Max Weber se familiarizou com o universo religioso para poder tirar de seu bojo uma parte da explicação da realidade. O referencial teórico-metodológico do presente trabalho é o método histórico comparativo da sociologia compreensiva de Max Weber, elaborado no seu estudo das religiões. Neste método se analisa a peculiaridade histórica, social, política e econômica de um dado agrupamento humano, partindo da comparação entre o sentido das condutas de seus indivíduos com relação aos indivíduos de uma outra sociedade, sendo este sentido originário de uma ética religiosa. Esta comparação é feita por meio de sociedades e recortes históricos arbitrariamente escolhidos para que seja realizada; daí a denominação de método histórico comparativo. Para o pensador alemão, o comportamento religioso deve ser estudado como atividade que orientada de acordo com uma dada religião ou sistema de crenças. Sua pesquisa sociológica procura com isso compreender a relação das diversas esferas ou setores da conduta humana.

A religião é transportada para o âmbito social, onde se destaca a relação entre religiosidade e economia, aspecto indissociável de sua sociologia compreensiva. Nessa relação se objetivava verificar até que ponto estiveram envolvidas as influências religiosas no desenvolvimento econômico.

Max Weber tentou compreender porque o comportamento do empresário capitalista pôde se desenvolver. A relação calvinismo e capitalismo, por relacionar duas estruturas distintas, explica paralelamente ambas, daí o chamado método comparativo. É percebida então a reciprocidade entre as condições econômicas, as situações sociais e as convicções religiosas, partindo da procura de sentido entre o ator e sua conduta.

As referências teórico-metodológicas utilizadas aproximam-se da sociologia

da religião weberiana, tendo, no entanto, como objeto, a formação histórica e cultural brasileira advinda do âmbito rural, que, influenciada pela herança católica Ibérica, produziu o homem cordial, modelo da relação do indivíduo brasileiro com a religião, a política e a economia, ressaltando o interesse pela conduta religiosa enquanto comportamento humano influenciador de outras atividades. Servindo estas de base tanto para a análise da especificidade brasileira quanto para a compreensão da evolução da racionalidade capitalista contemporânea e suas implicações éticas.

A análise prosseguiu então com a comparação entre os valores pregados pela herança religiosa colonial ibérica e os valores protestantes inseridos no processo de construção do capitalismo.

Autores imbuídos do método comparativo do autor alemão foram aqui incluídos, como por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda e Vianna Moog. Contudo, não se pretende seguir de forma rigorosa um só tipo de análise, sob pena de não se poder compartilhar das contribuições de autores, que, tanto quanto Max Weber, auxiliam na tarefa árdua, porém fascinante, de compreender a realidade circundante.

A contribuição weberiana, ponto de partida da análise e de sua notória genialidade, não é, porém, completa o suficiente para sintetizar a realidade a ponto de explicá-la de forma satisfatória, o que justifica a relação de outros autores que abordam a realidade brasileira e o capitalismo racional em épocas mais recentes.

O desfecho do livro de Paulo Sérgio do Carmo, *Ideologia do Trabalho*, por meio do pensamento de Karl Marx, oferece uma descrição de como poderia e pode ser o futuro dos homens. Nela, a verdadeira riqueza que pode haver em uma dada sociedade corresponde ao trabalho produzido o bastante para a sobrevivência do indivíduo. A verdadeira liberdade residiria no desaparecimento do trabalho. Na *Ideologia Alemã*, Karl Marx afirma que a sociedade mais próxima do que seria a perfeição ou o ideal de convivência humana, seria aquela na qual as próprias profissões fossem um passatempo. Mesmo que esse ideal não seja realizável no momento ou a longo prazo, ele serve para, ao menos, guiar o homem na firme idéia, nada utópica, de que, como dizem os

trabalhadores europeus, deve-se trabalhar menos para que todos trabalhem e vivam melhor. Ou seja, onde o bem-estar humano, e não o do capital, seja prioridade.

Referências Bibliográficas

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Traduzido por Sérgio Bath. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**, Vol. I, A – K. 4. ed. Traduzido por Carmen C. Varriale, Gaetano lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Edunb, 1992.

CARMO, P. S. do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

DALLABRIDA, V.R. Sustentabilidade e endogenização: os princípios balizadores do desenvolvimento regional. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n.2, p. 9-43, dez. 1998.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Traduzido por Luís Cláudio de Castro e Costa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GIDDENS, A. **Marx Weber e o desenvolvimento do capitalismo**. In: GERTZ, R. E. (Org.). **Max Weber e Karl Marx**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidmann. Publicado nos cadernos do Labor – n. 2 (Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo. <http://www.consciencia.org/contemporânea/krisis:shtml>. Acesso em: 03 mar 2004.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LETIZIA, V. A mundialização do capital. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.3, n.1, p.213-216, jul. 1998.

MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

PAIM, A. **A ética na filosofia luso-brasileira do século XIX**. Instituto Brasileiro de Filosofia e Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. [S.l. : s. n.]; [s. d.]

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, J. de (Org.). **O malandro e o protestante**. a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

